



## A TRAJETÓRIA FEMININA NA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA

ADELAIDE MARIA TRINDADE BATISTA DE PALMAS-PR

The women path in remaining community quilombola Adelaide Maria Trindade Batista from  
Palmas-PR

Indiamara Ferreira Pickler Machado<sup>1</sup>

Marcos Bohrer<sup>2</sup>

### Resumo

Este trabalho tem por objetivo fazer um resgate histórico da luta das mulheres na comunidade remanescente quilombola Adelaide Maria Trindade Batista, localizada no município de Palmas- PR. A partir do diálogo com lideranças femininas, tanto históricas como jovens lideranças, buscou-se resgatar sua história, tensionamentos de gênero, questões territoriais, inserção de novas lideranças femininas bem como a discussão sobre o papel da mulher na comunidade. O estudo foi realizado a partir de visitas a comunidade utilizando entrevistas como método de coleta de dados, bem como revisão bibliográfica, registros fotográficos e cartográficos.

**Palavras-chave:** Quilombolas. Lideranças Femininas. Território.

### Abstract

This work aims to make a historical women's struggle in remaining quilombola community Adelaide Maria Trindade Batista, located in Palmas- PR. From the dialogue with women leaders, both historical and young leaders, sought to rescue their history, gender tensions, territorial issues, inclusion of new women leaders as well as the discussion on the role of women in the community. The study was conducted from visits to the community using interviews as form of collection method, literature review, photographic and cartographic records.

**Keywords:** Quilombolas. Women Leaders. Territory.

<sup>1</sup> Instituto Federal do Paraná. indiamara.pickler@hotmail.com.

<sup>2</sup> Instituto Federal do Paraná. marcos.bohrer@ifpr.edu.br.

## Considerações Iniciais

Inicialmente conhecida como São Sebastião do Rocio ou Rocio dos “pretos”, a comunidade hoje leva o nome de sua primeira líder e fundadora: Adelaide Maria Trindade Batista. Esta comunidade quilombola tem uma característica, que a nosso ver a torna especial, é tradicionalmente liderada por mulheres. Atualmente a líder da comunidade e da capela é Dona Maria Arlete Ferreira da Silva, uma figura de resistência, sempre alegre e preocupada em passar a história de seu povo adiante, para que esse conhecimento acumulado há gerações não se perca. A realização deste trabalho se deu a partir de visitas à comunidade, onde fizemos algumas entrevistas com as lideranças femininas e com as pedagogas da Escola Estadual Quilombola, utilizando para a coleta dos dados a metodologia de história oral. Procuramos resgatar um pouco das questões sobre territorialidade a partir dos conceitos de Claude Raffestin<sup>3</sup> e Marcos Saquet<sup>4</sup>, utilizamos também como referência as pesquisas já desenvolvidas nesta comunidade por Sônia Maria Marques<sup>5</sup>, e pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura – 2005/2010 – Quilombos do Paraná<sup>6</sup>.

Os momentos de compartilhamento das lembranças e experiências do passado, a memória reavivada, mesmo que não sejamos nós os protagonistas, e sim lembranças herdadas de nossos antepassados, fazem com que se fortaleça o sentimento de pertencimento à comunidade e o autorreconhecimento enquanto quilombolas, o enfrentamento da opressão e do sofrimento do passado passa a ser resignificado.

A luta e resistência das mulheres que fazem parte dessa história são evocadas no dia a dia, na fala dos membros da comunidade Adelaide Maria Trindade Batista, na constante busca pela efetivação dos seus direitos.

O interesse pela pesquisa surgiu a partir das disciplinas de História Oral e Memória e Território, Sociedade e Cultura cursadas na pós-graduação em Educação e Geografia, as quais oportunizaram o maior contato com a comunidade e a prática das entrevistas.

---

<sup>3</sup> RAFFESTIN, Claude. O que é Território. In: *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 2011. p. 128-146.

<sup>4</sup> SAQUET, Marcos Aurélio. *Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras expressões, 2011.

<sup>5</sup> MARQUES, Sônia Maria dos Santos. *Pedagogia do estar junto: éticas e estéticas no bairro de São Sebastião do Rocio*. Tese (Doutorado em educação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

<sup>6</sup> GRUPO de Trabalho Clóvis Moura. *Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura: 2005-2010*. Curitiba: GTCM, 2010.

## A Territorialidade Negra em Palmas – PR

O tráfico de escravos ocorreu de maneira intensa no oceano Atlântico sendo o Brasil, um dos principais países envolvidos nessa troca comercial. Estima-se que mais de dez milhões de africanos tenha chegado em nosso continente, sendo que o Brasil recebeu em torno de 3,6 milhões. Segundo Maestri<sup>7</sup>, “De três a cinco milhões de africanos foram desembarcados com vida nas costas das capitanias e províncias do Brasil, enquanto multidões de outros morreram quando do aprisionamento, embarque e transporte, na África e na terrível travessia”. Por causa desses números absolutos e a partir da miscigenação, hoje o Brasil conta, em números absolutos, com a segunda maior população negra do mundo, estando atrás apenas para a Nigéria.

Entre os séculos XVI e XIX, ou seja, durante trezentos anos, a mão-de-obra negra africana foi fundamental para o desenvolvimento da economia agroexportadora do nosso país. Desde o ciclo do açúcar, o Brasil recebeu mais africanos que qualquer outro país.

Mesmo que alguns trabalhos demonstrem as atividades econômicas totalmente dependentes da mão de obra do trabalhador negro escravizado, sua contribuição foi associada a uma participação de menor importância e historicamente desvalorizada. Esta ação que permeia grande parte dos trabalhos sobre escravidão no Brasil não deriva necessariamente da falta de vontade de mostrar o cativo como essencial, mas principalmente, da incapacidade social de aceitar e compreender como válida esta dimensão.<sup>8</sup>

Nas bibliografias que contam a história de nosso país esse trabalho fundamental economicamente para o nosso desenvolvimento, em sua grande parte não ganha notoriedade. Nos grandes veículos de comunicação isso também ocorre, uma vez que o papel do negro não ganha um destaque no processo histórico. Podemos inferir então que ocorreu um nítido processo de invisibilidade cultural do negro.

Essa realidade felizmente passa por um processo de mudança, que começou especialmente nas academias de nosso país. Muitos são os estudos historiográficos que começam a pesquisar o papel desse grupo étnico não apenas em questões socioeconômicas, mas especialmente nas questões culturais. Nas áreas das ciências humanas e educação já podemos contar com uma bibliografia significativa sobre o tema. Mesmo com esse avanço, ainda percebemos uma enorme carência no debate sobre o gênero dentro da realidade

<sup>7</sup> MAESTRI, 2015 apud MACHADO, José Lucio da Silva. *O Sertão e o Cativo. Escravidão e Pastoreio: Os campos de Palmas-Paraná 1859-1888*. Porto Alegre: Coleção Malungo - FCM Editora, 2015. p. 9.

<sup>8</sup> MACHADO, 2015. p. 19.

negra. Será que isso ocorre, pois, em grande parte, as comunidades remanescentes quilombolas carregam uma herança de lideranças femininas? Por qual motivo não estudamos essa realidade?

Em uma sociedade predominantemente branca onde prevalecem as lideranças masculinas, discutir e apresentar um estudo sobre uma sociedade na qual temos uma cultura tão rica e que conta com lideranças femininas é algo no mínimo que altera os padrões de uma sociedade ocidental, branca e masculina. Por ser um trabalho que discute as relações de gênero em um espaço quilombola, é fundamental a discussão sobre o conceito de território e territorialidade.

Primeiramente, deve-se pensar no conceito de território e de territorialidade para depois discutir o papel das lideranças femininas na comunidade Adelaide Maria de Trindade Batista. Em linhas gerais, tratando-se de um conceito da Geografia, se entende que a relação geradora do território e da territorialidade nasce de uma relação que envolve poder. Não se referindo ao poder simplesmente como um poder despótico ou dominador, mas numa relação de apropriação, de fato e simbólica, construída no campo das relações sociais. O território é uma objetivação do espaço, a qual reclama legitimidade para sua efetivação. Necessita do reconhecimento perante a própria sociedade que cria tal território, como reconhecimento nas relações de alteridade. A territorialidade, por sua vez, é a prática que visa objetivar tal espaço, pode ser uma estratégia político-cultural com a finalidade de criar um território, mesmo que não se confirme. São relações espaciais que visam reter a alteridade, envolvem o sentimento de pertencimento, vínculos de identidade, são práticas de uso e de representação.

Raffestin<sup>9</sup> pensou sobre a vontade de constituir território, ou seja, a territorialidade, como o conjunto de relações mantido pelos homens pertencentes a uma sociedade com a exterioridade e a alteridade, valendo-se de mediadores/instrumentos. O instrumento é objeto material ou signo, o que acrescenta um cunho semiológico ao espaço humano apropriado. O teor semiótico da territorialidade humana exige que a análise geográfica vá além da materialidade. A compreensão dos signos atrelados à apropriação e à normatização do espaço passa pela imaterialidade das relações interpessoais e homem-espaço.

---

<sup>9</sup> RAFFESTIN, Claude. "Repères pour une théorie de la territorialité humaine". In: DUPUY, Gabirel et al. *Resseaux territoriaux*. Caen: Paradigme, 1988.

Não se faz necessário grandes distâncias para que surjam diferentes territorialidades. Saquet<sup>10</sup> salienta a influência na concepção territorial da heterogeneidade de tempos e espaços em regiões próximas. Embora haja a processualidade temporal (o tempo físico passa sucessivamente), cada grupo experimenta um ritmo diverso, o que possibilita a coexistência (estágios técnicos e velocidade do fluxo de informações) de temporalidades variadas em uma mesma época. As relações locais e extra locais; micro e macro escalares; homem-natureza; afetam a percepção e a significação do espaço. A dialética entre tempo e espaço influem sobre o território. Destarte, os processos sociais e as articulações espaciais vinculados ao desenvolvimento territorial, constituído histórica e desigualmente, devem ser analisados de modo multidimensional, buscando explicar os sujeitos, as escalas, as paisagens os poderes, as continuidades, as discontinuidades, as redes, os fluxos, as identidades, etc.

A partir da entrevista com Dona Maria Arlete Ferreira da Silva<sup>11</sup>, percebe-se que a territorialidade da comunidade remanescente não se dá apenas pela processualidade temporal, mas também signos atrelados à apropriação e à normatização do espaço, tanto por materialidades, mas principalmente por imaterialidades. O espaço quilombola, em sua essência congrega materialidades e imaterialidades, o que pressupõe ações e relações que envolvem os agentes sociais que o produzem e possuem um modo de viver próprio, criando-o e recriando-o conforme suas práticas. Desta forma devemos entender que estamos tratando de um território no qual a proteção da cultura e o direito ao espaço não estão associados a resquícios arqueológicos passados. Tem-se da cultural imaterial, definida como o peculiar modo de criar, fazer e viver da comunidade. Essa trajetória é construída especialmente pela história oral que passam de geração em geração. Da cultura vivenciada e, especialmente, de um passado de lutas e sobrevivência da escravidão.

### **Da Fundação da Comunidade aos Dias Atuais**

Segundo Dona Maria Arlete, a comunidade iniciou por volta de 1836, a partir das expedições aos Campos de Palmas, nas quais vieram, principalmente, negros da região de Guarapuava (PR). Também acrescenta que além desses, vieram alguns negros do Rio Grande do Sul, fugidos da Revolta dos Farrapos (1835-1945). Com eles vieram as crenças e as

---

<sup>10</sup> SAQUET, 2011.

<sup>11</sup> SILVA, Maria Arlete Ferreira. Entrevista realizada em 19 de maio de 2015.

tradições, além de toda a carga histórica e cultural. Além das heranças e crenças tradicionais, marcadas pela imaterialidade, a líder ressalta, de forma muito enfática, a imagem de São Sebastião, que segundo ela foi trazido pela líder histórica Adelaide Maria Trindade Batista. Dona Maria Arlete salientou que, muito das relações dentro da comunidade foram aproximadas através da imagem religiosa, bem como a figura de líder exercida por Adelaide estava atrelada as atividades realizadas junto a comunidade: benzia, organizava as festas, as procissões e cuidava da igreja:

As festas de São Sebastião ela que promovia, ela que liderava as festas, as procissões. Tinha três leilões nas festas. Então eles começavam na sexta, sábado e domingo, até por sinal eles contavam que tinha um dia que era só os negros que dançavam, no outro dia era os da cidade que vinham dançar, então era assim. No dia da festa assavam a carne, os fazendeiros davam os churrascos, as carnes, faziam os churrascos e eles mesmos iam comprar. Davam os churrascos, as criações deles, os porcos, e eles arrematavam no leilão. E era assim, a Adelaide Maria Trindade quem liderava. Não tinha churrasqueira, eu mesma ainda alcancei esse tempo, eles faziam buraco no chão, era matagal por ai, tinham bastante cambuim, ai eles tiravam, cortavam os galhos de cambuim e faziam espetos, para espetar as carnes era assim, e era no chão, uma vala, e o churrasco todo assim, até na catedral era assim, assim antigamente que assavam as carnes, e os negros daqui que iam assar lá, a carne na catedral também, lá no Senhor Bom Jesus nas festas na gruta de Nossa Senhora de Lurdes. E a Adelaide Maria Trindade então liderava, cuidava da igreja.<sup>12</sup>

O mito da mulher fundadora, em torno da figura de Adelaide, se perpetua no discurso dos moradores, a negra escravizada que trouxe consigo a imagem de São Sebastião do Rocio e que organizava uma comunidade, evidenciando a simbologia e o sentimento de pertencimento a este grupo social, afirmando seu território e sua cultura.

A afirmação das identidades étnicas tem ocorrido principalmente pela organização política dos grupos em busca do reconhecimento dos territórios que ocupam, tanto indígena como quilombolas, tendo como marco a Constituição de 1988. Passam a ser vistos como grupos que consolidaram um território próprio que nele desenvolveram práticas cotidianas de resistência e reprodução de seus modos de vida. O que os define é a experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo.

Na comunidade Adelaide Maria Trindade Batista este movimento de busca por afirmação e reconhecimento está explícito na fala dos moradores e, principalmente nas ações das lideranças comunitárias.

---

<sup>12</sup> SILVA, 2015.

A comunidade permaneceu por muito tempo afastada da zona urbana, os moradores tinham suas roças, criavam seus animais soltos, sem cercas, e cada um sabia qual era o seu. A partir dos anos 1980, com a chegada de pessoas que foram se instalando às margens do município, a gestão municipal da época, com o intuito de esconder o que não agradava aos olhos da sociedade palmense, realoca esses novos moradores na comunidade que era então conhecida como São Sebastião do Rocio ou Rocio dos “pretos”, conforme nos conta Dona Arlete:

[...] não era cercado nada, cercava as criações, todas juntas, cada qual ia buscar o seu, ia buscar as vacas pra tirar o leite, então não tinha, era tudo em comum, que usávamos as coisas. Depois com essa urbanização, dos prefeitos ficarem trazendo pessoas, por que terra de quilombo é assim, em terra de negro não tem terra com escritura, não era terra escriturada, como os fazendeiros quando eles chegavam aqui e cada qual tomou posse dos seus lugares.<sup>13</sup>

Os membros da comunidade recebiam os novos moradores que eram praticamente despejados pelo poder público municipal, ajudavam como podiam, pois todos também vinham de uma realidade muito humilde. Os homens trabalhavam nas lavouras e pastoreando o gado nas fazendas, as mulheres cuidavam da roça e dos animais na comunidade, cuidavam das crianças, lavavam roupas para fora, socavam café no pilão entre outras atividades. Outras trabalhavam nas fazendas, cuidando da casa, da alimentação da família e dos filhos dos fazendeiros.

Nesta época, a comunidade não dispunha de infra estrutura de esgoto sanitário, rede de energia elétrica ou água encanada, utilizavam as patentes<sup>14</sup>, velas ou lampiões e a água era retirada dos poços, fonte ou sangas. Com a precariedade vivenciada pelos moradores, Dona Maria Arlete, que já era a liderança local na época, é quem toma a iniciativa junto com os demais moradores reivindicando junto a prefeitura municipal a instalação de rede de água e energia para a comunidade:

Então nós já tivemos a necessidade, antigamente era lavado roupa no rio, as festas eram com lampião, em volta dos bailes era com velas, em volta da igreja era vela. Em 1982 nós requeremos a luz, aí requeremos água também, em volta ali tem o poço, mas só para bonito nós temos o poço agora, por que tem a água da Sanepar, tudo evolui e nós também, a gente já não queria mais fazer aquele trabalho de

---

<sup>13</sup> SILVA, 2015.

<sup>14</sup> Local utilizado para as necessidades fisiológicas (urinar e evacuar).

escravo, passar roupa com ferro a brasa, que eu passava muita roupa para fora e depois engomava.<sup>15</sup>

Maria Arlete estudou, sempre esteve à frente das questões da comunidade. Nos anos 1990, percebendo que necessitavam instituir uma associação para que suas reivindicações tivessem mais força, fundaram a Associação Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista, que tem como presidente Alcione Ferreira da Silva, filha de Dona Maria Arlete.

Formada em Filosofia, Dona Maria Arlete lecionou durante anos no município de Palmas e também foi diretora da Escola Municipal Tia Joana, hoje lembra com carinho e saudade daquela época:

Depois que eu fui terminar meus estudos, me formei em filosofia, passei a dar aula, eu fui a primeira diretora da escola municipal. Comecei em 1978, dando aula para o Mobral que ainda existia, tenho vários diplomas do Mobral, honra ao mérito, cartas que me mandavam.<sup>16</sup>

Atualmente, Maria Arlete está aposentada, mas não se cansa de frisar a importância dos estudos em sua vida, também é grande incentivadora dos filhos, noras, netos e bisnetos a estar sempre estudando. Sua nora Marli atualmente é diretora da Escola Estadual Quilombola, que tem como pedagoga Maria Isabel, filha de Marli e neta de Dona Arlete. Estas, além de seguir os passos, de certa maneira como líderes em seus meios sociais, atuam como fortes propagadoras no incentivo ao fortalecimento da identidade quilombola. A escola enquanto espaço de formação e transformação social tem o papel fundamental no incentivo a cultura e resgate da memória desta comunidade. |

### Considerações Finais

| Conhecer e divulgar este histórico de lideranças femininas nos faz perceber a importância do papel das mulheres ao longo da história do povo negro no Brasil, muitas vezes omitida ou silenciada pelas elites predominantemente brancas. A lembrança pelas histórias contadas pelos antepassados sobre a escravidão faz com que resgatemos o anseio pela luta em busca memória e direitos até então negados |

---

<sup>15</sup> SILVA, Maria Arlete Ferreira. 2015.

<sup>16</sup> SILVA, 2015.

## Referências

GRUPO de Trabalho Clóvis Moura. Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura: 2005-2010. Curitiba: GTCM, 2010.

MACHADO, José Lucio da Silva. *O Sertão e o Cativo. Escravidão e Pastoreio: Os campos de Palmas-Paraná 1859-1888*. Porto Alegre: Coleção Malungo- FCM Editora, 2015.

MARQUES, Sônia Maria dos Santos. *Pedagogia do estar junto: éticas e estéticas no bairro de São Sebastião do Rocio*. Tese (Doutorado em educação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

RAFFESTIN, Claude. O que é Território. In: *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 2011. (pg. 128-146).

\_\_\_\_\_. “Repères pour une théorie de la territorialité humaine”. In: DUPUY, Gabirel et al. *Resseaux territoriaux*. Caen: Paradigme, 1988.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras expressões, 2011.

SILVA, Maria Arlete Ferreira. Entrevista realizada em maio de 2015.